

O DESEMPENHO DOS SECTORES PRODUTORES DE BENS TRANSACCIONÁVEIS NA ANGOLA ACTUAL

por

Emmanuel Carneiro

Pontos prévios

Para o presente contexto, consideram-se como “bens transaccionáveis” todos aqueles que, sendo usualmente objecto de troca através do comércio internacional, incorporam um sensível valor acrescentado, não se restringindo portanto, a um mero aproveitamento dos recursos naturais.

Por “África Subsariana” entende-se toda a África continental a sul do Sahara, com excepção dos países da África austral integrantes da SACU (União Aduaneira da África Austral) cujas economias, fortemente ligadas à economia da África do Sul, possuem uma lógica interna que as diferencia das da restante “África Subsariana”¹.

1. Uma necessária reflexão histórica

A história económica de Angola, desde os primórdios da dominação europeia (finais do Século XV e Século XVI), constitui uma sequência de “ciclos”. Efectivamente, não obstante tal dominação europeia – ou, com mais propriedade, Ocidental – se ter metamorfoseado ao longo dos tempos, a lógica de dominação, pesem embora as transformações verificadas, constituiu um denominador comum. Os “ciclos”², mais não são do que a expressão de tais transformações.

Desde então, a economia angolana passou a ser dominada pela produção/exportação de um número muito restrito de matérias-primas e produtos tropicais, sendo cada período geralmente dominado e definido pela proeminência de

¹ Vide Carneiro, E., 2004.

² Neste sentido, cada “ciclo” corresponde a um determinado lapso de tempo caracterizado pela dominação, na economia e consequentemente na sociedade, de um produto de exportação (o qual sobressai em relação aos restantes). Isto, numa economia (no caso vertente, a de Angola) quase exclusivamente dependente da exportação de um número muito restrito de *commodities*. Cf. Dilolwa, C.R., 1978.

uma dessas *commodities*³. A sequência das *commodities* reflectirá as transformações operadas, simultaneamente a nível da produção material bem como a nível político e institucional.

É assim que, até 1973 (data que marcará o início do “ciclo do petróleo”), poderão identificar-se os seguintes ciclos:

- O “ciclo dos escravos”, sensivelmente até à Conferência de Berlim (cerca de 1885). É o período em que a ocupação europeia se limitou à conquista e permanência em pontos restritos da costa marítima de Angola, os quais serviam de testas-de-ponte do comércio com o interior, praticamente só de escravos.
- O “ciclo da borracha”, desde cerca de 1885 (a primeira exportação de borracha data, entretanto, de 1869) até sensivelmente 1910. Confunde-se com o período das guerras de ocupação militar, reflexo do novo imperativo económico do “aproveitamento de África” como expressão das alterações qualitativas impostas pelo desenvolvimento das forças produtivas e do processo histórico da Europa.
- O “ciclo do milho, do café e dos diamantes” desde cerca de 1910 até 1973 (ano em que inicia o “ciclo do petróleo”), que Dilolwa (1978), identifica também como o período da exploração capitalista de Angola. É o período em que se cristaliza uma nova lógica no domínio económico com a implantação de um sector moderno na economia cuja principal função era a da solvência de uma procura situada no exterior. Uma nova forma de extroversão, portanto.
- O “ciclo do petróleo”, numa lógica de continuidade, começa em 1973 – ano em que esta *commodity* se torna o principal produto de exportação. *A Angola independente, até aos dias de hoje, confunde-se, conseqüentemente, com o “ciclo do petróleo”.*

As alterações introduzidas pelo imperativo do “aproveitamento de África” após a Conferência de Berlim induziram alterações qualitativas as quais se reflectiram, quer na introdução de um novo modelo de comércio e de desenvolvimento quer na estrutura económica interna. Tal se expressa (de forma integrada):

- Na implantação de um novo sector na economia, essencialmente com vista à produção e exportação dos bens necessários quer ao processo de industrialização emergente na Europa quer à satisfação de necessidades em

³ Utilizaremos aqui o termo “*commodity*” com o significado de matéria-prima ou produto de consumo de origem tropical, objecto de cotação no mercado internacional. Para um aprofundamento do conceito vide Chalmin, P. & El Alaoui, A., *Matières premières et Commodités*, Ed. Economica, 1990

produtos tropicais, da burguesia europeia (não passíveis de produção na Europa).

- No aparecimento de um enquadramento teórico em conformidade, os modelos *vent for surplus* de comércio e crescimento⁴.

A lógica instalada originou, nas condições concretas de Angola, uma permanente e estrutural dependência da sua economia em relação à produção/exportação das sucessivas *commodities*. Tal dependência, além de determinar, por ela própria e nas condições concretas de Angola⁵, o desencadeamento de factores inibidores da alteração do tipo de especialização instalado, propiciou o surgimento, no tempo, de sucessivas crises em função da:

- Instalação, a longo prazo, da conhecida e historicamente verificada, degradação tendencial das relações de troca com os países industrializados
- De uma permanente vulnerabilidade adveniente da flutuação, por vezes drástica, dos preços das *commodities*⁶

Dois curtos períodos da história económica de Angola se constituem, entretanto, em ténues tentativas que representam efémeras experiências que parecerão, de alguma forma, desmentir a plena continuidade de tal lógica: trata-se do decurso da II Guerra Mundial e principalmente, dos primeiros anos subsequentes a 1961 (até sensivelmente 1973), data do desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional. No primeiro caso, as dificuldades na transportação marítima de produtos durante a II Guerra Mundial bem como o encarecimento dos respectivos fretes terão estado na origem da instalação de algumas poucas indústrias de produção de bens de consumo, antes importados; no segundo caso, a imperiosa necessidade de legitimação interna e internacional por parte do governo colonial tornou imprescindível a adopção de medidas de política económica que resultassem num “atestar de desenvolvimento”⁷. Contudo, sem anular a lógica estabelecida, a qual continuou se configurando como dominante – até porque necessária não só aos interesses da burguesia portuguesa como das outras potências ocidentais,

⁴ Vide Caves, R.E., «“Vent for Surplus” Models of Trade and Growth», in Theberge, J.D., *Economics of Trade and Development*, John Wiley & Sons, 1968, p. 211-228 bem como Carneiro, E., 2004 ou Carneiro, E., 2007.

⁵ Trata-se da problemática da reprodução das economias de renda bem como os mecanismos de constrangimento do desenvolvimento a elas inerente. Vide Carneiro, E., 2004.

⁶ Note-se que é extremamente difícil a reversão dos efeitos das “crises” em resultado das alterações estruturais por elas induzidas. Vide Carneiro, E., 2004.

⁷ Neste contexto, o governo colonial foi obrigado a assumir o risco, de forma calculada, do desenvolvimento de uma burguesia colonial capitalista interna.

num sistema de repartição de benefícios, capaz de melhor responder ao imperativo da conquista da legitimação internacional requerida.

Os anos da Luta Armada de Libertação Nacional representam contudo, uma primeira experiência de introdução de relações de produção capitalistas, com a adopção de políticas económicas voltadas para assunção de tal objectivo – entretanto viabilizadas por um ambiente internacional permissivo: a não imposição de um paradigma liberal, tal como adoptado após os anos 70 pela economia-mundo.

Numa perspectiva de continuidade, a aplicação de uma política económica conducente ao desenvolvimento foi prejudicada, no período pós-independência nacional, pelo surgimento de múltiplos factores, nomeadamente de ordem estrutural, de que se destacam:

- O desgaste e os efeitos de uma guerra absorvente de recursos, indutora de constantes desequilíbrios da balança de pagamentos bem como de permanentes efeitos inflacionistas.
- A vulnerabilidade resultante das flutuações, por vezes drásticas, dos preços do petróleo.

Uma lógica interna agravada pelo desenvolvimento da chamada “doença holandesa”, inerente ao “ciclo do petróleo”, iniciado em 1973.

2. Uma necessária breve abordagem teórica

2.1. Por que é o crescimento sustentado dos sectores produtores de bens transaccionáveis, um elemento-chave de aferição do desenvolvimento económico?

Na literatura económica é possível encontrar vários critérios de medição do desenvolvimento económico, desde os incrementos do produto interno bruto (global ou *per capita*) aos ritmos de crescimento do rendimento nacional por habitante.

Subjacentes a estes critérios, está uma concepção de desenvolvimento económico para a qual é indistinto o significado do crescimento de cada um dos vários sectores que compõem a economia. Dito de outra forma, o crescimento de qualquer um dos sectores da economia teria o mesmo significado em termos de desenvolvimento económico. E esta perspectiva basilar repousa ainda numa outra para a qual o crescimento económico teria uma natureza essencialmente exógena na decorrência da

conhecida lei do decrescimento da produtividade marginal dos factores de produção⁸. Assim, o desenvolvimento – neste caso como sinónimo de crescimento – só poderia decorrer como o resultado da actuação de factores externos, dada a impossibilidade da sua geração endógena (de forma interior ao sistema).

O divulgado triunfo desta concepção tradicional está ainda ligada à generalizada imposição do paradigma liberal o qual reduz o desenvolvimento económico a um crescimento com “rostro humano”. Tal poderia sintetizar-se, de modo cómodo e simples, na seguinte equação:

$$\text{Desenvolvimento} = \text{Crescimento} + \text{“Desenvolvimento Humano”}$$

ou ainda, nas condições concretas da África Sub-sahariana,

$$\text{Desenvolvimento} = \text{Crescimento do PIB} + \text{Redução da Pobreza}$$

Entretanto, o crescimento obter-se-ia, *por um processo de geração espontânea*, a partir do preenchimento de algumas condições de base (postulados), essencialmente: liberalização, privatização, estabilização macroeconómica, abertura da economia.

Numa perspectiva neoclássica, este *modelo* abstracto é concebido de forma absolutamente divorciada do objecto concreto da sua aplicação, nomeadamente: tipo de sociedade, relações de produção dominantes, concomitantes formas e mecanismos de distribuição e de redistribuição do rendimento, tipo de especialização económica (base material) bem como a forma de inserção na economia mundial, nomeadamente, no comércio internacional⁹.

E importará ainda explicitar que, ao fim ao cabo, a própria concepção da igualdade da contribuição de cada um dos vários sectores para o desenvolvimento económico legítima, de molde implícito, uma divisão internacional do trabalho que, através da aplicação do princípio das vantagens comparativas, relega os países da África Subsariana para um tipo de especialização económica, uma especialização desigual¹⁰, não muito distinta da do “pacto colonial”.

À concepção tradicional do desenvolvimento contrapõe-se o conceito de desenvolvimento endógeno que enformou, ao fim ao cabo, as estratégias e políticas de

⁸ Cf. Cottenet, H., 2000.

⁹ Note-se que, contrariamente ao que geralmente se supõe, não é exíguo o grau de abertura das economias da África Subsariana, mesmo que medido pelo rácio Importações+Exportações/PIB. Angola tem um dos maiores do mundo.

¹⁰ Para o aprofundamento do (essencial) conceito de “especialização desigual” vide Elsenhans, H., 1991.

desenvolvimento dos países ocidentais¹¹ bem como dos actuais países emergentes¹². Aqui, o desenvolvimento é sinónimo de alteração estrutural visando um crescimento sustentado, qualitativo e quantitativo, do tecido económico nacional – não dos sectores de enclave que não só não garantem tal sustentabilidade como, pela sua própria natureza, estão divorciados do tecido económico nacional empregando, por consequência, uma fracção mínima da população do país.

Neste sentido, serão indicadores de desenvolvimento¹³:

- O *valor acrescentado nacional* – o qual obviamente se não confunde com os chamados *windfall resources*, numa concepção neoclássica remuneradores de direitos de propriedade, por exemplo, sobre jazigos minerais.
- O efectivo *emprego de factores de produção internos*, nomeadamente *capital*¹⁴ e *trabalho*, em consequência. O desenvolvimento implicará assim um real emprego efectivo e potencial da população do país no processo de criação de riqueza. Este desiderato só é factível se baseado numa concomitante capacitação da força de trabalho nacional, quer a nível educativo geral quer no âmbito da formação profissional. Daí o papel chave, determinante e estratégico destes sectores num efectivo processo de desenvolvimento.
- A *sustentabilidade*, no médio e longo prazo, do processo de crescimento. Este indicador não pode confundir-se com:
 - Um crescimento adveniente de um *boom* nos sectores produtores de bens de exportação de recursos naturais sem ou com uma incipiente transformação interna, dada a sua vulnerabilidade ou volatilidade
 - Um crescimento nos sectores de reciclagem de rendas externas que, de forma adventícia, acompanha os *booms* nos sectores rendeiros. Tratam-se essencialmente dos sectores do comércio, da banca e seguros, do imobiliário, dos serviços (de uma maneira geral, os sectores produtores de bens e serviços não transaccionáveis os quais, experimentado grandes incrementos dos preços internos em períodos de *boom*, induzem o

¹¹ Quer dos países europeus, quer das chamadas *dominion capitalist societies* ou simplesmente «*dominions*». Tratam-se de sociedades, objecto de colonização europeia, que constituíram meras extensões da Europa no ultramar. Ex.: Estados Unidos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia. Cf. Ahmed, A.S., 1989.

¹² Não é desprovido de significado o facto de a “teoria das forças produtivas” de Friedrich List ter conhecido uma especial aceitação, precisamente nos Estados Unidos, na segunda metade do Século XIX.

¹³ Para um ensaio do conceito de desenvolvimento vide Carneiro, E., 2004.

¹⁴ Capital em sentido económico e não jurídico. Nesta acepção, há que distinguir capital de um mero activo financeiro o qual só assumirá a qualidade de capital se este se transformar em meio de produção.

crescimento da taxa de câmbio real, gerando a degradação da competitividade do país¹⁵ e inviabilizam, conseqüentemente, sua produção interna).

- Uma estabilização macroeconómica não sustentável no médio e longo prazo¹⁶. Assim, uma “estabilização” obtida via emprego de recursos provenientes do *boom* (dos *windfall resources*) e utilizados como instrumentos de política cambial e monetária não é obviamente sustentável¹⁷. Durará enquanto estiverem disponíveis tais recursos¹⁸.
- Um crescimento não ancorado numa sustentada *competitividade*. Na decorrência do que acima foi dito, excluem-se os sectores geradores de rendas externas e os sectores da sua mera reciclagem. E excluem-se, igualmente, incrementos verificados em sectores estruturantes da economia doméstica, nomeadamente nos sectores de bens transaccionáveis não rendeiros se previamente não for assegurado o postulado da *racionalidade económica*, expressa numa efectiva competitividade externa – a qual pode entretanto ser obtida, de forma instrumental, provisória, programada, limitada no tempo, por uma política económica proteccionista. Neste último caso, desde que previamente garantidas condições políticas de base, que assegurem como postulado, a esterilização de grupos de pressão capazes de transformar em renda, a utilização de tal instrumento. Mas este desiderato pressupõe um Estado forte, demarcado das bases de sustentação política do Estado rendeiro. Esta terá sido, historicamente, a verdadeira causa do fracasso dos vários intentos de “diversificação” da economia/das exportações, a partir de uma base rendeira.

Decorrendo do que acima foi exposto, parece legítimo inferir-se que os sectores produtores de bens transaccionáveis – agricultura de carácter não rendeiro e

¹⁵ Segundo os mecanismos de desenvolvimento da chamada «doença holandesa». A evolução da taxa de câmbio real de Angola, na década actual está explicitada, em gráfico, em Carneiro, F., 2007 (p.6).

¹⁶ Como uma contribuição para a “decifração” dos actuais incrementos verificados no PIB global da África Subsariana, vide Carneiro, E., 2007.

¹⁷ Um *IMF paper* datado de Março de 2004 referia, em relação a Angola, que “*The central bank had been aggressively selling dollars to mop-up liquidity and limit the depreciation of the kwanza*” e que “*The disinflation process of the three years has been very costly because it has not relied on prudent management of the non-oil fiscal deficit*”.

¹⁸ Este terá sido um dos erros das políticas de substituição de importações do passado, nomeadamente em países da América Latina, continuamente golpeados por crises sucessivas das balanças de pagamentos (e da inflação) resultantes da vulnerabilidade de um crescimento baseado na produção de *commodities*).

manufatura – encarnam o desenvolvimento, devendo os seus ritmos de crescimento sustentado (o que implica uma necessária distinção dos meros epifenómenos associados aos *booms* rendeiros) constituir o seu indicador de eleição.

Outros sectores da economia doméstica, nomeadamente o das infra-estruturas, têm um desenvolvimento dependente dos recursos gerados noutros sectores, acompanham o desempenho de outros sectores não sendo susceptíveis de gerar, por conseguinte, uma *acumulação autónoma e sustentada*. Se indispensáveis ao desenvolvimento, se o acompanham, o seu desempenho não é por si sinónimo, automaticamente, de desenvolvimento.

Os sectores produtores de bens transaccionáveis constituem os sectores de eleição das modernas teorias de desenvolvimento baseadas em actividades de R&D (pesquisa de desenvolvimento). Estas actividades permitem a assunção do desenvolvimento de forma endógena, isto é, de forma imanente da economia doméstica. Por isso – e porque necessárias ao processo de pesquisa e de desenvolvimento endógeno – são aceites como “legítimos” alguns tipos de rendas, neste caso, as geradoras de recursos indispensáveis a tais actividades: as rendas produtivas ou rendas de inovação (distintas das rendas improdutivas ou rendas *tout-court*). Mas tal só é factível em países onde as relações de produção capitalistas são dominantes – o que não é o caso, obviamente, da África Sub-sahariana onde a predominância de Estados rendeiros e a generalização dos comportamentos de *rent seeking* é a regra.

Em resumo, o crescimento sustentado dos sectores produtores de bens transaccionáveis encarnam o desenvolvimento na medida em que se tornam o sinónimo de crescimento endógeno e sustentado do valor acrescentado nacional, obtido a partir de um permanente incremento da produtividade dos factores. É uma perspectiva oposta à do crescimento do *output* rendeiro¹⁹, prisioneiro da lógica própria das economias de enclave ou da prossecução de um crescimento extensivo²⁰ (não por via do incremento da produtividade do factores, mas de forma extensiva fruto da aplicação dos chamados modelos *vent for surplus*, na simultânea versão *staple* e *unlimited labor force*²¹).

¹⁹ As economias de renda induzem uma concepção “mercantil” de desenvolvimento: Este é assimilado, também ele, a mercadoria: deixa de ser entendido como um processo de transformação interna, passando a ser adquirível através da simples celebração de contratos. Por isso, estas economias não são “economias de desenvolvimento”; são mera “economias de alocação”. Cf. Luciani, G., «Allocation vs Production States: A Theoretical Framework», in Beblawi, H. & Luciani, G. (dir.), *The Rentier State*, vol. II, Croom Helm, 1987, p.63-82.

²⁰ Vide Norro, M., *Économies Africaines – Analyse Économique de l’Afrique Subsaharienne*, De Boeck Université, 1998, 2ª edição.

²¹ Vide a anterior nota nº 4.

2.2. Os sectores produtores de bens transaccionáveis, a “doença holandesa” e o desenvolvimento

Não cabendo fazer aqui uma explicitação completa dos mecanismos de actuação da chamada doença holandesa, aliás disponível na literatura económica²², importará contudo, ponderar sobre alguns dos principais aspectos responsáveis pelo seu desencadeamento.

De uma forma global, tal doença expressa-se num estiolamento ou um decréscimo sensível da produção de bens transaccionáveis (agricultura e manufactura)²³, como resultado de uma súbita e muito sensível obtenção de recursos adicionais provenientes de incrementos de rendas externas – geralmente advenientes do sector mineiro, mormente da produção/exportação de petróleo. Esta terminologia resulta da identificação, na economia holandesa, de tais sintomas, como resultado dos súbitos e expressivos recursos adicionais resultantes dos *booms* aí registados na actividade de produção de gás.

Tanto a literatura de inspiração neoclássica como a chamada *rentier theory*²⁴ disponibilizam instrumentos que permitem a interpretação das formas de actuação da doença (embora esta de forma mais completa do que aquela).

A doença holandesa actua como resultado de vários mecanismos, nomeadamente:

- Um processo de aplicação preferencial de recursos nos sectores ligados ao *boom*, sob ponto de vista financeiro bastante mais atractivos quando em comparação com os sectores bens transaccionáveis.
- Um incremento na procura de bens e serviços (no sector público e não só), como resultado dos súbitos e avultados recursos adicionais obtidos através do *boom*
- Um incremento geral e acentuado dos preços dos bens não transaccionáveis, resultante da impossibilidade da rápida satisfação da procura entretanto verificada (devido à rigidez da oferta, neste caso)²⁵.

²² São tradicionalmente citados os trabalhos de Corden e van Wijnbergen. Ver, por exemplo, Neary, J. & van Wijnbergen, « Natural Resources and the Macroeconomy: A Theoretical Framework » in P. Stevens (ed.), *The Economics of Energy*, Edward Elgar, 2000.

²³ Vide Cottenet, 2000 e a justificação porque a síndrome holandesa constitui uma “doença” (p.525-527).

²⁴ Vide Carneiro, E., 2004.

²⁵ No caso da África Subsariana, este incremento é acentuadamente agravado pelos custos induzidos pela forma “extraeconómica” de distribuição e redistribuição do rendimento. Cf., a este respeito, Carneiro, E., 2004.

- Uma aplicação preferencial de recursos nos sectores de bens não transaccionáveis, tornados entretanto, financeiramente bastante mais atractivos por via dos incrementos de preços verificados nesses sectores
- Um afrouxamento qualitativo e quantitativo da política orçamental e monetária, em regra com o desencadeamento de défices públicos desadequados e de concessão excessiva de crédito (ao sector público, ou não). De igual modo, regista-se uma mudança nos próprios critérios de realização dos investimentos públicos devido a um sentimento de euforia de abundância de recursos. Os investimentos não são realizados em conexão com o objectivo do incentivo da produção, sendo comumente canalizados para obras de fachada e propaganda. Mesmo em investimentos realizados no sector produtivo, não são comumente acautelados os princípios da racionalidade económica, sendo muitas vezes efectivados numa base ilícita (em conexão com redes de influência público/privadas e/ou através da concessão de crédito, à partida, dificilmente reembolsável).
- Uma valorização da taxa de câmbio real, na decorrência:
 - De um afrouxamento na política cambial (expressa na valorização da taxa de câmbio nominal), devido a um sentimento generalizado de “abundância de divisas”
 - De muito sensíveis incrementos nos preços dos bens não transaccionáveis, não sujeitos a uma concorrência externa e, regra geral, com uma concorrência interna muito limitada, dada a própria natureza do mercado doméstico.
- Uma degradação, em consequência, da competitividade do país, expressa numa crescente incapacidade de competir com as importações. Os recursos provenientes do *boom* não aproveitam o processo de desenvolvimento, contribuindo sim, para o declínio dos sectores de bens transaccionáveis.

Esta é a perspectiva – correcta – obtida a partir do instrumental oferecido pela economia neoclássica e complementada pela *rentier theory*²⁶.

Contudo, algumas interrogações se impõem:

- Será que a realidade se pode reduzir, em toda a sua plenitude, a este esquema?

²⁶ Enquanto o instrumental da economia neoclássica se situa no campo da “economia pura”, a *rentier theory* enquadra o fenómeno na sua envolvente social, política e institucional, equacionado ainda as suas consequências, a nível global e até comportamental, da sociedade e da economia. Constitui, contudo, uma análise a-histórica.

- Será que a geração da doença holandesa é explicável, se nos situarmos exclusiva ou preferencialmente no domínio económico?
- Se os factores responsáveis pelo desencadeamento da doença holandesa são de índole puramente económica não será relativamente “fácil”, para os decisores, estabelecer um conjunto de conjunto de políticas e de mecanismos que, pela profilaxia, impeçam o desenvolvimento da doença, nomeadamente através da “esterilização” do “excesso” de recursos proveniente do *boom*?

Efectivamente, a realidade é bastante mais complexa e o instrumental oferecido pela economia neoclássica e pela *rentier theory* não é suficiente para, só por si, explicar a doença. Esta é uma perspectiva a-histórica, não suficiente para a análise da envolvente institucional, social e política, viabilizadora do desenvolvimento da doença. E nem, principalmente, dos constrangimentos à aplicação dos instrumentos de carácter *económico* atinentes ao seu saneamento.

A realidade é infinitamente mais complexa tornando-se necessário integrar as válidas perspectivas parcelares, desde a *rentier theory*²⁷ – iniciada a partir dos vários choques petrolíferos, por autores do médio oriente – à moderna visão que estuda o fenómeno integrando-o numa perspectiva histórica, concreta e global. Importará aqui referir, sobretudo, a contribuição de Elsenhans, H²⁸.

Esta confere à análise uma perspectiva histórica não circunscrevendo o fenómeno exclusivamente ao universo do petróleo nem, de uma forma geral, às rendas externas. As rendas internas são igualmente integradas na análise, o que constitui um factor chave de decifração do *substrato rendeiro comum*²⁹ transversal às economias e às sociedades da África Subsariana e à sua natureza híbrida onde o modo de produção dominante não é o capitalista, pese embora a sua plena integração no sistema global capitalista com uma “utilidade sistémica”³⁰ definida pela actual divisão internacional do trabalho. Integra ainda a análise dos factores conducentes a uma “especialização desigual”,

²⁷ A *rentier theory*, inicialmente suscitada pelo estudo das consequências dos choques petrolíferos em economias do Médio Oriente, a começar pelo Irão, numa dimensão económica, social, política, institucional e comportamental, é aprofundada em Karl, T.L., 1997. Aqui se explica a “inadequação das explicações de carácter económico” na decifração da doença holandesa: “*The Dutch Disease is not automatic [...] is the result largely of decision-making in the public realm*” (p.5-6). É um processo que tem as raízes profundas nos domínios político e institucional, afectando o “modo de desenvolvimento”.

²⁸ Cf. Vils, O., 2000.

²⁹ Vide Carneiro, E., 2004. Efectivamente e em relação à África Subsariana, é como se a doença holandesa se fosse instalando e cristalizando ao longo do tempo, comumente não como o resultado de uma percepção súbita de *windfall resources*, mas sobretudo num contínuo processo histórico moldado pela lógica das sociedades tradicionais bem como por uma especialização económica “desigual”.

³⁰ Vide Carneiro, E., 2004

nascida e cristalizada ao longo da história, marcante da actual África Subsariana, nomeadamente dos constrangimentos do seu desenvolvimento.

3. O desempenho dos sectores produtores de bens transaccionáveis, em Angola, na década actual

3.1. Questões prévias

Torna-se necessário, desde já, inventariar algumas questões prévias enquadradoras da análise:

- De um modo geral, os dados disponíveis só dizem respeito ao sector formal da economia. Se, em relação ao sector da agricultura, alguma faixa da actividade económica relevante, tida como informal (nomeadamente na agricultura de subsistência)³¹ integra, embora de modo incompleto, os dados oficiais disponíveis, em relação à indústria transformadora, tal não acontece. Contudo, se as actividades não controladas centralmente têm um grande significado a nível do alívio das condições de vida das populações, no caso vertente e em termos de peso nos macroagregados, tal não se verificará.
- Há que ressaltar a extraordinária insegurança em relação à fiabilidade dos dados estatísticos. Realmente, se são óbvias as contradições entre os dados quando compulsadas várias fontes³² é ainda significativo o facto de, face à ausência de informação adequada por parte das empresas, alguns dos valores globais são obtidos “por estimativa”. Esta circunstância introduz um perigoso *elemento subjectivo* quer na apresentação de tais valores quer, obviamente, na análise.
- Após um devastador conflito bélico – como o angolano – os “níveis de partida” são extremamente baixos. Esta circunstância deve ser especialmente tida em conta em relação ao sector da agricultura em que a actividade foi particularmente condicionada pela desestabilização político-militar nos campos, pela minagem de vias e lavras, pela deslocação forçada das populações. O facto

³¹ Nas condições concretas da África Subsariana é adequada a definição do conceito de “economia informal” a partir da “noção de modo de vida”, tal como aparece expresso em recente estudo publicado pela OCDE. Aqui as actividades informais são tidas como todas aquelas que constituam “um prolongamento da economia tradicional”. Cf. Igué, J., *Le Secteur Informel en Afrique de l’Ouest: Le Cas du tissu traditionnel*, OCDE, Paris, 2003.

³² Circunstância especialmente ressaltada na análise sectorial da agricultura no *Relatório Económico 2006*, CEIC/UCAN. De igual modo é notória a ausência de informação estatística mais especializada nas publicações internacionais, onde os espaços relativos ao país aparecem não preenchidos.

de os níveis de partida serem particularmente baixos determina que incrementos mesmo que modestos da actividade se traduzam em percentagens de aumento significativas em relação à base de partida.

- Na análise e decifração dos números, deverão estar presentes duas circunstâncias envolventes fundamentais:
 - Que se trata de um período pós-conflito armado
 - Que tal período *coincide* com um muito acentuado crescimento quer do preço do petróleo no mercado internacional quer da sua produção interna.

3.2. A análise da evolução dos sectores produtores de bens transaccionáveis, na actual década

A seguir se explicitam os seguintes agregados globais relativos aos sectores da agricultura e da indústria transformadora:

Crescimento do Produto (Percentagens médias de crescimento anual)

	Agricultura	Indústria Transformadora
1990-2000	-1.4%	-0.3%
2000-2004	13.7%	11.3%

Fonte: The World Bank, *World Development Indicators, 2006*

Produção Agrícola Total da produção agrícola

Percentagens médias anuais de crescimento (Base: 1999-2001)

1990-1994	4.9%
2000-2004	2.5%
2002	0.2%
2003	2.0%
2004	-1.1%

Fonte : UNCTAD, *The Least Developed Countries, Report 2006*

Produção agrícola per capita

Percentagens médias anuais de crescimento (Base : 1999-2001)

1990-1994	1.8%
2000-2004	-0.7%
2002	-3.0%
2003	-1.3%
2004	-4.3%

Fonte : UNCTAD, *The Least Developed Countries Report 2006*

Total da produção de alimentos

Percentagens médias anuais de crescimento (Base : 1999-2001)

1990-1994	5.2%
2000-2004	2.7%
2002	0.4%
2003	2.0%
2004	-1.1%

Fonte: UNCTAD, *The Least Developed Countries Report 2006*

Produção de alimentos per capita Percentagens médias anuais de crescimento (Base: 1999-2001)

1990-1994	2.0%
2000-2004	-0.6%
2002	-2.8%
2003	-1.3%
2004	-4.3%

Fonte: UNCTAD, *The Least Developed Countries Report 2006*

Indicadores Vários

Índice de produção alimentar 2004	113	(2001=100)
Índice de produção não alimentar 2004	89	(2001=100)
Índice de produção de gado 2004	100	(2001=100)
Índice de produção alimentar per capita 2004	100	(2001=100)

Fonte: The World Bank, *Africa Development Indicators, 2006*

Inputs Agrícolas

Área Utilizada na Produção de Cereais

1989-91	883 mil ha.
2003-05	1 372 mil ha.

Fonte: The World Bank, *World Development Indicators 2006*

Consumo de Fertilizantes (cent.gr./ha de terra arável)

	1989-1991	2003-2005
Angola	46	2
África Sub-sahariana	142	123
Mundo	992	986

Fonte: The World Bank, *World Development Indicators 2006*

Maquinaria Agrícola
(tractores por 100 K2 de terra arável)

	1989-1991	2003-2005
Angola	35	33
África Sub-sahariana	20	13
Mundo	187	194

Fonte: The World Bank, *World Development Indicators 2006*

Produtividade Agrícola
(valor acrescentado por trabalhador agrícola - \$ de 2000, constantes)

	1992-1994	2002-2004
Angola	99	168
África Sub-sahariana	294	341
Mundo	770	864

Fonte: The World Bank, *World Development Indicators 2006*

Peso dos sectores da Agricultura e da Indústria Transformadora no PIB

	Agricultura	Indústria Transformadora
1990	18%	5%
1999	7%	4%
2004	9%	4%

Fonte: The World Bank, *World Development Indicators, 2006*

Evolução da Indústria Transformadora
Peso específico real dos vários Ramos
(Em percentagens e a preços constantes de 2005)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alimentação	29.9	41.4	45.1	27.8	35.1	34.0
Bebidas	39.2	40.2	37.3	50.8	46.8	47.6
Minerais não metálicos	15.9	12.6	11.2	10.4	10.0	9.1
Restantes	15.0	5.8	6.4	11.0	8.1	9.3

Fonte: Ministério da Indústria de Angola, *Plano de Médio Prazo para o período 2009-2013*

Estrutura da Indústria Transformadora em 2005 Por principais produtos, em % do valor total

Pão	32.2%
Cerveja	32.0%
Refrigerantes	10.5%
Vinho de mesa	4.9%
Cimento	3.7%
Clinquer	4.2%
Outros	12.5%

Fonte: Ministério da Indústria de Angola

No que diz respeito ao sector a agricultura e, a despeito das incongruências e da insegurança que as estatísticas oficiais acarretam³³, parece legítimo explicitar algumas conclusões gerais:

- Regista-se uma certa recuperação da actividade do sector após o ano 2000. A produção agrícola terá crescido a uma taxa média anual de 2.5% entre 2000 e 2004 (embora tenha regredido no ano de 2004 em relação a 2003).
- Tais incrementos deveram-se aos acréscimos da produção de alimentos, entretanto não acompanhados pela produção agrícola não alimentar. É contudo irregular a progressão das principais culturas alimentares (milho, mandioca, batata, amendoim e feijão). Assim, se de acordo com o MINADER³⁴, a produção de milho terá passado de 577 mil ton. em 2003/2004, a mesma terá caído para 526 mil ton. em 2005/2006 (após ter atingido 734 mil ton. em 2004/2005); de igual modo, se as produções de mandioca e de batata apresentam crescimentos permanentes entre 2003 e 2006, as produções de amendoim e feijão evidenciam um comportamento oscilante.
- Seja como for, o crescimento da produção agrícola não acompanhou o crescimento da população pelo que, de 2000 a 2004, a produção agrícola per-capita *decreceu* a uma média anual de 0.7%. Significa isto que, *cada vez mais*, a produção agrícola angolana – que supre agora cerca de 46% das necessidades alimentares, segundo o MINADER – é insuficiente para alimentar a sua população

³³ O analista é comumente confrontado com situações de inconsistência entre os vários valores apresentados pelo que as conclusões decorrentes da análise dos mesmos só têm sentido como significando, na melhor das hipóteses, *meras tendências*. Nunca é demais remarcá-lo.

³⁴ Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola.

- O crescimento aludido não se afigurou como capaz de alterar sensivelmente o actual peso do sector da agricultura no conjunto da produção nacional (em relação ao ano de 1999). Remarque-se entretanto que tal peso específico era, em 1990, cerca do dobro do de 2004. E o aludido Relatório Económico Anual da UCAN (UCAN, 2007) refere, inclusivamente, uma certa regressão nos últimos anos: o peso do sector da “Agricultura e Pescas” terá passado de 9.7% em 2004 para, sucessivamente em 2005 e 2006 para, respectivamente, 8.6% e 7.8%.

O final da guerra terá sido o factor fundamental de crescimento da produção agrícola alimentar. Considerando o “carácter informal da economia da esmagadora maioria dos produtores” (UCAN, 2007), um mais livre acesso às lavras interditas pelo conflito bem como a sua desminagem propiciaram, de forma quase espontânea, tais incrementos. Foi assim factível um incremento substancial na área utilizada, por exemplo na produção de cereais a qual passou de 883 mil ha. em 1989-91, para 1 372 mil ha., em 2003-05 (The World Bank, 2006).

No que diz respeito à produtividade, os elementos disponíveis são realmente contraditórios. Esta circunstância, amplamente explicada em UCAN, 2007, é corroborada pelos seguintes elementos:

- O consumo de fertilizantes conheceu um decréscimo drástico, passando de 46 cent.gr./ha. em 1989-91 para 2 cent.gr./ha. em 2000-02 (The World Bank, 2006)
- O número de tractores por 100 km² de terra arável passou de 35 em 1989-91 para 33 em 2001-03 (The World Bank, 2006)

Assim, é de difícil aceitação que o valor acrescentado por trabalhador agrícola (em US\$ constantes de 2000) tenha crescido de UD\$ 99 em 1992-94 para US\$ 168 em 2002-04³⁵ tendo em conta, nomeadamente os valores referidos para o consumo de fertilizantes bem como o emprego de tractores.

O Programa Geral do Governo para 2005/2006 explicita, para o sector da agricultura, o objectivo do “fomento da produção de bens que contribuam para a redução das importações em bases competitivas” (UCAN, 2007, p.88). Não se vislumbram contudo os meios práticos e actuantes visando a assunção de tal objectivo tanto mais que, em lado algum, o *incremento da produtividade e da competitividade (e*

³⁵ Tais incrementos de produtividade baseiam-se em valores utilizados pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural que referem, por exemplo para a produção de milho, uma produtividade de 400 a 500 kg./ha, igual ou superior ao período colonial (UCAN, 2007). De igual modo e ainda no relatório citado, a produtividade média de 12 ton./ha na produção de mandioca, é posta em causa.

logo da competição com as importações) parecem assumir uma preocupação nuclear³⁶. Esta é uma questão capital.

Esta circunstância reflectir-se-á ainda na forma como, na prática, se tem conduzido o investimento público do sector. O investimento público tem-se centrado nos projectos de irrigação, com a execução de cerca de 61% do orçamento do sector (UCAN, 2007, p.100), bem como em “dois projectos agro-industriais (algodão no Kwanza Sul e Fazenda de Pungo Andongo)” com a canalização de 33% das verbas do Orçamento Geral do Estado para investimentos no sector (UCAN, 2007, p.100). Não se fizeram ainda sentir, entretanto, os resultados práticos de tais investimentos quer em termos de incrementos de produção, de produtividade bem como de competitividade.

O comportamento da indústria transformadora pode finalmente ser brevemente apreendido através de um conjunto de circunstâncias e indicadores que, na sua crueza, o retratam.

Se o “ciclo do petróleo”³⁷, iniciado em 1973 e a guerra³⁸ provocaram uma profunda desindustrialização do país após a sua independência nacional, a década de 2000 não evidenciou, até agora, qualquer sinal de re-industrialização:

- O peso da indústria transformadora no PIB manteve-se praticamente constante desde 1990. Passou de 5% em 1990 para 4% quer em 1999 quer em 2004 (The World Bank, 2006)
- A indústria transformadora evidenciou um crescimento anual de 11.3% em 2000-2004 (The World Bank, 2006) que é necessário interpretar
- Tal interpretação far-se-á através da actual estrutura produtiva do sector³⁹: o pão, a cerveja e os refrigerantes representam cerca de 75% da sua actividade
- Se ao pão, à cerveja e aos refrigerantes acrescentarmos o vinho de mesa (mera embalagem de vinho importado), o clínquer e o cimento⁴⁰ (essencialmente ligados ao *boom* imobiliário) teremos um total de cerca de 88% da produção nacional.

³⁶ Talvez, por um “sexto sentido” indiciar que tal objectivo não depende realmente e em última instância do sector, mas da condução da política económica (ou simplesmente da política) do país.

³⁷ Por actuação da chamada doença holandesa.

³⁸ Principalmente por absorção de recursos, tão necessários à política de substituição de importações, em dada fase adoptada.

³⁹ Valores do Ministério da Indústria de Angola, relativos a 2005.

⁴⁰ De produção insuficiente para fazer face ao *boom* quer do quer do imobiliário (essencialmente) quer das obras públicas. Por isso são realizadas crescentes importações de cimento.

- Facilmente será de concluir que o crescimento da produção patentado não aponta para um processo de recuperação da indústria nacional. O tipo de actividades em questão não contribui, de facto, para um adensamento da matriz intersectorial produtiva nacional, dado o carácter incipiente dos respectivos efeitos a montante e a jusante. Tratam-se de respostas pontuais aos incrementos na demanda decorrentes do *boom* petrolífero (*boom* imobiliário e incrementos da procura de certos bens de consumo por parte de extractos rendeiro urbanos).

4. Conclusão

A não recuperação até agora verificada, decisiva, dos sectores de bens transaccionáveis, parece transcender obviamente as respectivas políticas sectoriais. Trata-se de um problema de *lógica global* no domínio económico.

O que está em causa é que a lógica rendeira estabelecida – incluindo a generalização dos comportamentos de *rent seeking* – inviabiliza a criação das condições de incremento da competitividade imprescindíveis à recuperação da produção nacional⁴¹. O indicador da evolução da taxa de câmbio real de Angola na presente década é a expressão inequívoca dessa circunstância⁴².

Seja como for, não é inclusivamente possível a recuperação produtiva nacional – paradigmaticamente expressa no desempenho dos sectores de bens transaccionáveis – com o actual sistema de preços, distorcido na sua formação, pelo peso dos comportamentos de *rent seeking*, em última instância contribuintes para a inviabilização da criação de condições de competitividade do país.

Este é o problema central para o qual concorre a lógica económica determinante dos citados comportamentos de *rent seeking*, a par da adopção e apropriação, na prática, do paradigma neo-liberal⁴³.

⁴¹ Tenha-se em atenção o que acima foi explicitado acerca dos mecanismos e consequências da “doença holandesa”.

⁴² Vide, de forma inequívoca, Carneiro, F., 2007 (p.6). De igual modo o relatório preliminar, de 2006, da missão do FMI de consultas nos termos do Artigo IV refere que “a taxa de câmbio real em fins de 2005 estava 40% acima do respectivo nível dos dois anos precedentes”. O que se acaba de se expor está em total e frontal contradição com os níveis de inflação patentados pelas publicações oficiais e reproduzidos em UCAN, 2007, pelo que os mesmos enfermarão de uma evidente falta de credibilidade. Estes identificam, para 2005, uma inflação acumulada nesse ano, de 2.75% para os bens não transaccionáveis e de 9.23% para os bens transaccionáveis o que, se não só se afigura como um contra-senso com o acima referido, está frontalmente em contradição com a prática quotidiana.

⁴³ A imposição, aceitação e apropriação do paradigma neo-liberal traduz-se na adopção geral do objectivo da assunção do que já se apelidou de “equilíbrio de segundo nível da economia rendeira”, isto é, da

Uma verdadeira estratégia de desenvolvimento do país teria necessariamente de equacionar a ultrapassagem, a médio e longo prazo, da lógica rendeira nos vários domínios que não só o da economia.

emmanuel_carneiro@yahoo.com.br

obtenção de uma estabilidade macroeconómica possível, com a manutenção de uma base material rendeira. Cf. Diallo, M.L., *Les Africains Sauveront-ils l'Afrique?*, Karthala, 1996.

BIBLIOGRAFIA

Ahmed, A.S., *Économie de l'Industrialisation à partir des Ressources Naturelles*, Tome I, Publisud, 1989

Dilolwa, C.R., *Contribuição à História Económica de Angola*, I.N.A., Luanda, 1978

Carneiro, E., *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsariana – Caracterização e Consequências*, Principia, Lisboa, 2004

Carneiro, E., «Reflexões em torno da actual conjuntura económica da África Sub-Sahariana», *Revista Direito e Sociedade*, nº2/2007, Catanduva (São Paulo), 2007

Carneiro, F., *Development Challenges of Resource-Rich Countries: The Case of Oil Exporters*, The World Bank, 2007

Cottenet, H., « Ressources Exogènes et Croissance Industrielle: le Cas de l'Égypte », *Revue Tiers Monde*, nº 163/2000, p. 523-546

Elsenhans, H., *Development and Underdevelopment – The history, economics and politics of North-South relations*, Sage Publications, 1991

Ministério da Indústria, *Plano de Médio Prazo para o Período 2009-2013*

UCAN, *Relatório Económico de Angola 2006*, CEIC/UCAN, Luanda, 2007

Vils, O., «Les Relations État/Société dans les Pays Rentiers ou Post-rentiers: Appropriation des Rentes et Élités Économiques en Jordanie», *Revue Tiers Monde*, nº163/2000, p. 547-572

World Bank (The), *World Development Indicators 2006*, 2006